

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	3
5.4 - Programa de Integridade	10
5.5 - Alterações significativas	11
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	12

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	13
10.2 - Resultado operacional e financeiro	19
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	20
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	21
10.5 - Políticas contábeis críticas	22
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	24
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	25
10.8 - Plano de Negócios	26
10.9 - Outros fatores com influência relevante	27

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política:

A Companhia não adota nenhuma política formalizada de gerenciamento de riscos, em razão dos controles internos serem suficientes para monitorar os principais riscos conhecidos.

b) Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

- i. Os riscos para os quais se busca proteção**
- ii. Os instrumentos utilizados para proteção**
- iii. A estrutura organizacional e gerenciamento de riscos**

Não se aplica.

c) A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada:

Não se aplica.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política:

A Companhia não adota nenhuma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, em razão dos controles internos e da estrutura operacional adotada serem suficientes para monitorar os principais riscos conhecidos.

b) Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

- i. Os riscos de mercado para os quais se busca proteção**
- ii. A estratégia de proteção patrimonial (hedge)**
- iii. Os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)**
- iv. Os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos**
- v. Se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos**
- vi. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado**
Não se aplica.

c) A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada:

Não se aplica.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**a) As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las:**

A Companhia entende que possui controles internos confiáveis para evitar que as Demonstrações Financeiras tenham erros materiais. Os controles são, na maior parte, através do ERP Senior e Auditoria Interna de processos realizadas pela Controladoria. Outros controles paralelos são realizados através de planilhas de conciliações.

b) As estruturas organizacionais envolvidas:

Diretoria, Controladoria e Auditoria Interna e Externa.

c) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento:

O acompanhamento dos controles internos é feito pelo departamento de controladoria, auditando, apoiando e direcionando as melhorias às áreas envolvidas bem como acompanhando sua implantação.

d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente:

Recebemos dos nossos auditores a carta comentário referente a auditoria das nossas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Nessa carta constam as recomendações resultantes dos procedimentos de auditoria executados, que julgaram pertinentes para melhoria do nosso sistema de controles internos.

Deficiências Significativas (Risco 1)

- 1) Inexistência de Manual de Procedimentos definidos
- 2) Inexistência de reconhecimento de importações em andamento (Estoques)
- 3) Descentralização de abertura de períodos e/ou inexistência de aprovação formalizada
- 4) Inexistência de controle de verbas condicionais e incondicionais
- 5) Ausência de bloqueio sistêmico para pessoas não autorizadas
- 6) Defasagem no processo de cotações
- 7) Possibilidade de compras sem a requisição de necessidade

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

- 8) Lançamento manual de saldos no sistema de ERP ao setor de contas a pagar
- 9) Fragilidade no processo de entrega de declarações fiscais
- 10) Ausência de revisão de apuração
- 11) Vulnerabilidade no processo de inserção e modificação da tabela de preço
- 12) Controle manual de faturados e não entregues
- 13) Ausência de composições do Contas a receber (Clientes)
- 14) Defasagem no critério para estabelecer base de cálculo de Ajuste a Valor Presente (AVP);
- 15) Ausência de informação no relatório patrimonial - Imobilizado e Intangível
- 16) Despesas capitalizadas nas contas patrimoniais de Imobilizado e Intangível
- 17) Inexistência de bloqueio para modificação de parâmetros de depreciação e amortização
- 18) Problemas de conciliação e problemas de histórico de Obrigações Tributárias
- 19) Ausência de controle das provisões temporárias na parte B do LALUR
- 20) Ausência de recolhimento de IOF sobre operações de mútuo
- 21) Ausência de conferência das informações geradas no sistema da folha de pagamento
- 22) Controle insuficiente de provisão de frete
- 23) Ajuste de provisão de verbas condicionais
- 24) Segregação de Juros CP e LP a transcorrer de Empréstimos e Financiamentos

Deficiências Não-Significativas (Riscos 2 e 3)

- 25) Ausência de integração entre sistemas
- 26) Registros manuais fiscais e “lucro não realizado nos estoques”
- 27) Ausência de revisão constante de parâmetros de cálculo de estimativas para provisão de obsolescência e realização
- 28) Ausência de relatórios estáticos nos estoques
- 29) Sistema de alerta para estoque mínimo e máximo
- 30) Fragilidade no controle de baixas do almoxarifado de peças
- 31) Defasagem no cadastro de fornecedores
- 32) Saldos sem código de pagamento no contas a pagar
- 33) Ausência de formalização de aprovações para procedimentos envolvendo aplicações financeiras
- 34) Fragilidade no processo de autorização de pagamentos
- 35) Fragilidade nos controles de aplicações financeiras
- 36) Controle dos empréstimos de forma manual
- 37) Inserção de funcionários em duplicidade e possibilidade de alterações cadastrais

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

- 38) Ausência de autorização de desconto em folha
- 39) Lançamento manual do saldo de comissões
- 40) Fragilidade no processo de autorização de horas extras
- 41) Fragilidade no processo de identificação de imobilizado por plaquetas
- 42) Processos manuais de recrutamento
- 43) Alteração manual da marcação de ponto
- 44) Possibilidade de alteração manual nos saldos da folha
- 45) Fragilidade no processo de aprovação pela diretoria para demissões com justa causa
- 46) Inexistência de cálculo de depreciação *pro rata* dia
- 47) Ausência de revisão de taxa de depreciação
- 48) Liberação manual das ordens de despacho
- 49) Inclusão e alteração do contas a receber de forma manual
- 50) Defasagem no critério para cálculo de PECLD
- 51) Fragilidades na identificação de eventos subsequentes – Passivos Omissos no Contas a pagar (Fornecedores)
- 52) Ajuste a valor Presente de Fornecedores

e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas:

Deficiências Significativas (Risco 1)

- 1) Existem procedimentos que não estão expostos em forma digital, mas está sendo realizada a troca de atividades entre os colaboradores da área.
- 2) Será aberto plano de ação para a revisão e, se for o caso, revisão do processo;
- 3) Para todos os lançamentos efetuados após um período contábil fechado e não publicado é feito com acordo verbal com o gerente de controladoria. Apenas analistas específicos possuem acesso a abertura dos períodos, sendo que os demais analistas são bloqueados no sistema para esta funcionalidade. Ademais, será implementado a realização de evidência de aprovação para abertura de período por alçada superior.
- 4) A Companhia está trabalhando para incluir as verbas no sistema e assim controlá-lo de forma automática.
- 5) Os acessos do sistema jurídico são restritos aquele departamento, sendo somente usuários com o papel de consulta podem acessar as informações que lhe cabem respeito.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

- 6) A Karsten redefiniu seu processo e todos os compradores precisam apresentar no mínimo 3 cotações para análise. Sobre o mapeamento de Compras está sendo analisado para ajustes.
- 7) A compra sem requisição ocorre em situações pontuais e são aprovadas verbalmente por alçadas superiores, será estudada a possibilidade de formalização destas aprovações para 2019.
- 8) Em 2019 será realizado a implementação no sistema para a integração dos boletos de forma a não ser mais necessário o lançamento manual. Além disso o financeiro não mais fará nenhum lançamento de título, ficando essa atividade de responsabilidade da área fiscal.
- 9) Atualmente a Companhia cumpre suas obrigações principais e acessórias de acordo com a agenda tributária da união e das unidades da federação em que atua.
- 10) Os impostos são apurados por analistas especializados em cada tributo. Após a apuração o líder da área faz a revisão e assina o formulário para pagamento.
- 11) Este processo é manual em função do processo de implantação de pedido e restrições do sistema atual. Para alterar este processo inicialmente será necessário alterar o processo de implantação do sistema e posteriormente alterar o sistema de geração e alocação de pedidos.
- 12) Tanto a geração do relatório, quanto a análise continua de forma manual e necessitam de aprimoramento tecnológico para eliminação da intervenção manual, bem como aprimorar as análises. Já existe chamado em aberto para este item e será avaliado ao longo de 2019.
- 13) Em 2019 será verificado junto ao sistema a possibilidade de estratificação de relatório analítico dos cartões no fechamento da competência.
- 14) O cálculo será alterado em 2019.
- 15) A Companhia utiliza o método de depreciação "Vida Útil", ou seja, o cálculo é feito através da taxa estipulada nos "laudos técnicos internos", considerando sempre: uso esperado do ativo que é avaliado com base na capacidade ou na produção física esperadas do ativo; desgaste físico normal esperado; obsolescência técnica. Como é necessário elaborar este documento e atualizar as taxas, o cálculo de depreciação sempre é feito no mês completo.
- 16) A Companhia entende que todos os custos que possui para instalação do bem para colocá-la em uso pode ser agregado no Imobilizado. Além disto, é analisada a vida útil do bem. Nos últimos anos foram analisados detalhadamente todos os investimentos, verificando assim os valores e a vida útil estimada.
- 17) A Companhia não tem por procedimento proceder com a realização de alteração de taxas de depreciação todos os meses. Além disto, o sistema demonstra o rastreio de

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

alterações realizadas, desta forma, para cada ação realizada é necessário suporte para esta alteração.

18) A Companhia adotará um novo conceito de composição das memórias de cálculo, autorizações de pagamentos de tributos, envio e arquivamento das obrigações acessórias, a fim de proporcionar a harmonização entre as mesmas informações fiscais/tributárias, prestadas aos entes fazendários, em obrigações acessórias distintas.

19) Está sendo feita a revisão do Lalur dos últimos 5 anos. Com base nesta revisão serão ajustados os saldos e será controlado o Lalur conforme orientação.

20) A Companhia aprimorará os controles conforme recomendação.

21) Será analisado a viabilidade de adquirir um sistema para ponto em 2019.

22) Está sendo realizado estudo interno para melhorar este processo ao longo de 2019.

23) A Companhia está estudando a possibilidade de inclusão desta atividade no sistema afim de melhorar o controle.

24) Para 2019 será realizado a implementação do módulo financeiro para controle no sistema.

Deficiências Não-Significativas (Riscos 2 e 3)

25) Está sendo realizado o projeto de custo real, onde a contabilização dos estoques será desenvolvida via integração dos sistemas.

26) A Karsten tem consolidado seus procedimentos internos com o propósito de manter a consonância entre suas demonstrações contábeis, fiscais e financeiras.

27) É realizado o acompanhamento mensal de todos os produtos. A administração entende que o procedimento atual, mais conservador, faz sentido devido as constantes alterações de *status* dos estoques de coleção e exclusivos. Importante ressaltar que essas alterações de *status* são naturais do processo devido aos lançamentos que ocorrem durante o ano.

28) Está sendo desenvolvido um novo relatório de estoques para correção do problema.

29) Como melhoria em seu processo, a Companhia está implantando em 2019 um sistema de Planejamento de Vendas e Produção (S&OP) que auxiliará também no planejamento do estoque.

30) Conforme inventário geral realizado em 2018 com um resultado de 99,20% de acuracidade, entendemos que o processo está controlado. Ademais, para 2019 será realizado melhorias no processo.

31) Cada comprador é responsável por uma carteira de itens a serem comprados, e consequentemente de fornecedores, e a gestão desse cadastro é feita pelo próprio responsável da carteira.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

- 32) Será realizado a elaboração do procedimento e política do Contas a Pagar, considerando definir padrão das informações que devem ser disponibilizadas pelo Setor de Compras e Fiscal.
- 33) As aplicações e resgates atualmente são aprovadas pela Diretoria Financeira por e-mail, após informarmos diariamente a disponibilidade financeira e o fluxo de caixa.
- 34) Realizaremos a descentralização das aprovações dos dois representantes legais para 2019, de modo que a pessoa que assina com acesso de um representante legal não terá acesso aos dados do segundo representante legal.
- 35) São lançadas no ERP todas movimentações diárias (aplicação / resgate / IR / IOF e apropriação de juros) sendo esse o mesmo saldo do banco, ademais, mensalmente é realizado conciliação afim de verificar se as informações constantes no extrato consolidado de aplicação financeira estão em conformidade com o contabilizado.
- 36) Está sendo verificada a possibilidade para que os Empréstimos e Financiamentos integrem no sistema ERP.
- 37) A Companhia verificará a possibilidade de liberar o acesso para consulta para a maioria do time e permitir a alteração apenas para uma pessoa. Hoje o sistema só permite o cadastro de um ativo, se o anterior estiver finalizado (com rescisão). Além do mais, o e-social não permite inclusão de dois ativos com os mesmos dados pessoais.
- 38) Será realizada a implementação de autorização de desconto do restaurante para toda Companhia.
- 39) A Companhia trabalhará para eliminar os lançamentos manuais.
- 40) Atualmente já existe um processo formalizado para autorização das horas extras, porém, o qual será monitorado para que seja cumprido.
- 41) A Companhia passou por um processo de inventário geral iniciado em 2018 com finalização no 2º trimestre de 2019, a fim de realizar todas as transferências, baixas e demais ações necessárias para o controle dos bens estar de acordo com o patrimônio na contabilidade.
- 42) A recomendação será analisada a fim de repensar o processo que hoje funciona bem.
- 43) Atualmente já existe uma trava quanto aos eventos que podem ser lançados manualmente pelo líder da área.
- 44) O processo garante e exige a congruência entre o resumo da folha, a contabilização desta, a relação de líquidos e a integração financeira.
- 45) Será realizada a criação de material com a uniformização das medidas corretivas. Ademais, avaliaremos a possibilidade de formalizar o *workflow* para aprovação das rescisões através do ERP.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

46) A Companhia utiliza o método de depreciação “vida útil”, ou seja, o cálculo é feito através da taxa estipulada nos “laudos técnicos internos”. Como o documento precisa ser elaborado para atualização das tacas, o cálculo de depreciação é feito no mês completo.

47) A Companhia tem por critério alterar taxas de bens conforme o laudo técnico gerado por profissionais internos qualificados.

48) Este processo é manual em função do procedimento de implantação de pedidos e restrições do sistema atual. Para alterar este processo, inicialmente, será necessário alterar o processo de implantação do sistema e posteriormente alterar o sistema de geração e alocação de pedidos.

49) Nos casos de alteração na data do vencimento de títulos já inseridos no sistema, o que ocorre em situações pontuais, só é feito mediante autorizações de dois diretores. Além disto, apenas usuários específicos tem acesso a esta funcionalidade, sendo que o sistema possui rastreio da alteração de data de vencimento.

50) Hoje, à partir de 30 dias vencidos é realizado a provisão para 11% da carteira e a cada 30 dias este percentual muda para 36%, 39%, 60%, 87% até chegar acima de 180 dias com 100% de provisionamento, sendo que a base é dividida entre a análise individual e de demais clientes.

51) A contabilidade recebe do setor de compras a relação das notas fiscais que ficaram sem registro de lançamento, as mesmas são registradas por nota fiscal em suas respectivas contas (despesa, estoques, imobilizado), gerando o passivo omissor.

52) A contabilidade está avaliando este item e será realizado um levantamento para a mudança do cálculo.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

A Companhia não possui um programa de integridade.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

Não há.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

Não existem outras informações relevantes.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:

A administração possui diversas ações para a tomada da rentabilidade operacional da Companhia, segue abaixo principais pontos:

- A Companhia concluiu o processo de renegociação dos valores das Debêntures. Conforme negociado com os debenturistas, os valores pendentes de pagamento das Debêntures, cujo montante total alcança o valor aproximado de R\$ 521,7 milhões (valor em 30 de abril de 2019), serão pagos pela Companhia nas seguintes condições:
 - (i) A primeira parte, no valor de aproximadamente R\$ 232,6 milhões, será paga em (a) 95 parcelas mensais de aproximadamente R\$ 1,75 milhão, (b) uma parcela de aproximadamente R\$ 33,9 milhões em 1.460 dias; (c) parcelas adicionais correspondentes a percentual sobre EBITDA superior a valores estipulados entre as partes e (d) o saldo então ainda em aberto em 2.920 dias. Sobre essa primeira parte incidirão juros de 3,4% ao ano + TR (sobre R\$ 180,5 milhões) e 0,5% ao mês + TR (sobre R\$ 52,1 milhões);
 - (ii) A segunda parte, no valor de aproximadamente R\$ 289,1 milhões, será tida como um bônus de adimplência no caso de a Companhia efetuar os pagamentos da primeira parte nos termos pactuados entre as partes, de forma que nada será devido pela Karsten em relação a essa segunda parcela no caso de cumprimento integral da primeira parte (item i acima). No caso de inadimplência em relação a primeira parte, então a Companhia deverá pagar essa segunda parte na data da declaração do vencimento antecipado ou em 2.920 dias, o que ocorrer primeiro. Sobre essa segunda parte não incidirá qualquer remuneração, exceto em caso de descumprimento da primeira parte, hipótese em que retornam, sobre todo o débito, os encargos previstos na escritura das Debêntures;
 - (iii) Além das garantias concedidas por determinados administradores e por acionistas da Karsten, o débito repactuado está sendo garantido por alguns dos imóveis da Companhia.

A conclusão da renegociação acima descrita representa uma solução adequada para a totalidade do endividamento decorrente das Debêntures, com redução dos custos financeiros e de forma adequada ao fluxo de caixa da Companhia. Definida essa relevante questão, a Karsten poderá concentrar seus esforços no seu desenvolvimento e fortalecimento operacional.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- Foco na gestão de caixa e redução de custos que já apresentam resultados importantes, como aumento do Lucro Bruto da Companhia de 39,8% sobre o ROL em 2017 para 43,1% em 2018;
- Fortalecimento das Marcas da Companhia junto aos Consumidores e Clientes, sendo a expansão do Varejo um grande foco. Em 2018 a Companhia realizou a abertura de novas lojas, uma em Florianópolis e uma em Curitiba, bem como a mudança de endereço da loja de Porto Alegre. Em 2019 está previsto a abertura de mais lojas no Paraná, a primeira será em Cascavel, bem como o incremento da operação do E-commerce;
- Mapeamento e otimização dos processos internos visando redução de desperdícios e ineficiências, as quais mostram a diretriz de foco em rentabilidade que a Companhia está seguindo;

A administração acredita que os resultados das ações acima trarão para a Companhia as melhorias necessárias para equilíbrio financeiro com melhora dos resultados.

b) Estrutura de capital:

Em (Reais Mil)		Em 31 de dezembro de					
Estrutura de Capital		2016		2017		2018	
Capital de Terceiros - circulante	472.686	150%	484.540	150%	567.525	166%	
Capital de Terceiros - não circulante	51.231	16%	46.370	14%	34.526	10%	
Capital próprio - patrimônio líquido	(209.315)	-67%	(208.188)	-65%	(260.167)	-76%	
TOTAL	314.602	100%	322.722	100%	341.884	100%	

A finalização do processo de renegociação da dívida das debêntures, finalizado em 28 de junho de 2019, altera de forma significativa a estrutura de capital da companhia, uma vez que um montante expressivo da dívida, passa a ser não circulante a partir da renegociação, dando à Companhia melhores condições de investimentos e sustentação ao seu crescimento.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

Diversas medidas adotadas pelos Administradores, tem permitido à Companhia honrar os compromissos financeiros assumidos junto a terceiros, tais como, a execução do orçamento base zero, visando adequar sua estrutura e controlar as despesas e custos fixos para melhoria da rentabilidade, a priorização de negócios com melhores rentabilidades e menor exposição financeira.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**circulantes utilizadas:**

A demanda de capital de giro e parte dos investimentos em ativos não circulantes tem sido suprida pelo próprio caixa da operação. Investimentos em ativos imobilizados têm sido financiados pelos próprios fabricantes de equipamentos.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

Eventuais deficiências de liquidez deverão ser cobertas pela utilização de linhas de crédito disponíveis no mercado, que atendam às necessidades e políticas da Companhia.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

Os níveis de endividamento ainda refletem os resultados dos últimos exercícios, evidenciando elevado grau de alavancagem. O principal componente do endividamento refere-se a uma emissão de debêntures, realizada com o objetivo de alongar o endividamento da Companhia. Em relação as demais dívidas, elas se mantem em relação ao exercício anterior, onde a Companhia vem cumprindo rigorosamente com os pagamentos agendados. Para essas operações, destacam-se operações de curto e longo prazo que foram destinadas ao reforço do capital de giro (CCE), e realização de investimentos em inovação tecnológica e renovação do parque fabril (FINEP).

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

No quadro a seguir, pode-se observar a composição total dos empréstimos e financiamentos da Companhia:

Em (Reais Mil)	Consolidado		
Empréstimos e Financiamentos	2018	2017	2016
Em moeda nacional			
Debentures	484.643	387.117	298.699
FINEP	1.930	2.983	4.782
BNDES	145	262	379
EGF	0	5.244	2.036
Capital de giro	2.166	4.722	34.462
Em moeda estrangeira			
ACC	0	0	1.639
Leasing	0	0	3.479
Total geral	488.884	400.328	345.476
Circulante	486.901	396.088	338.614
Não circulante	1.983	4.240	6.862
	488.884	400.328	345.476

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

Não se aplica.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

As linhas de crédito destinadas a financiamentos de investimentos e capital de giro estão cobertas por garantias reais, fianças e avais. Operações de empréstimos e financiamentos das controladas contam com aval da controlada e/ou aval de diretores.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limite de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

A renegociação da dívida das Debêntures apresenta cláusulas restritivas relacionadas ao cumprimento dos pagamentos acordados. Caso a companhia não cumpra com as obrigações, a dívida retornará aos valores anteriores ao acordo, inclusive juros, além disto, serão executadas as garantias estabelecidas no instrumento de acordo.

Dentre as garantias a Companhia informa que foram alienadas 35% das ações do acionista Controlador Kasavii Participações S.A., percentual este que corresponde a quantidade de 1.859.752 ações, do total em seu poder.

Os demais contratos de empréstimos firmados pela Companhia não possuem cláusulas restritivas.

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados:

Não se aplica.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras:

Comparação dos resultados dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2017 e 2018.

Demonstração do Resultado do Exercício – Consolidado:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de										
Demonstrações dos Resultados (Em milhares de Reais, exceto os percentuais)	2016	AV %	2017	AV %	Variação 2017-2016	%	2018	AV %	Variação 2018-2017	%
Receita operacional líquida	311.270	100,0	309.776	100,0	(1.494)	(0,5)	316.639	100,0	6.863	2,2
Custo dos produtos vendidos	(200.089)	(64,3)	(186.582)	(60,2)	13.507	(6,8)	(180.530)	(57,0)	6.052	(3,2)
Lucro bruto	111.181	35,7	123.194	39,8	12.013	10,8	136.109	43,0	12.915	10,5
Receitas (despesas) operacionais										
Com Vendas	(78.906)	(25,3)	(72.745)	(23,5)	6.161	(7,8)	(79.002)	(25,0)	(6.257)	8,6
Gerais e Administrativas	(34.699)	(11,1)	(33.267)	(10,7)	1.432	(4,1)	(31.079)	(9,8)	2.188	(6,6)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	1.516	0,5	27.401	8,8	25.885	1.707,5	20.120	6,4	(7.281)	(26,6)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	(908)	(0,3)	44.583	14,4	45.491	(5.010,0)	44.583	14,1	-	0,0
Resultado Financeiro										
Receitas financeiras	10.627	3,4	4.241	1,4	(6.386)	(60,1)	5.613	1,8	1.372	32,4
Despesas financeiras	(105.904)	(34,0)	(101.790)	(32,9)	4.114	(3,9)	(104.750)	(33,1)	(2.960)	2,9
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(96.185)	(30,9)	(52.966)	(17,1)	43.219	(44,9)	(52.989)	(16,7)	(23)	0,0
Imposto de renda e contribuição social										
Do exercício	0	0,0	0	0,0	0	#DIV/0!	0	0,0	0	0,0
Diferidos	(394)	(0,1)	52.441	16,9	52.835	(13.409,9)	305	0,1	(52.136)	(99,4)
Resultado líquido das operações em continuidade	(96.579)	(31,0)	(525)	(0,2)	96.054	(99,5)	(52.684)	(16,6)	(52.159)	9.935,0
Operações descontinuadas	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Resultado líquido das operações descontinuadas	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(96.579)	(31,0)	(525)	(0,2)	96.054	(99,5)	(52.684)	(16,6)	(52.159)	9.935,0

Comparação das principais variações nas contas dos balanços patrimoniais consolidados em 31 de dezembro de 2016, 2017 e 2018.

Balanco Patrimonial - Consolidado

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de										
Balanco Patrimonial (em milhares de Reais, exceto percentuais)	2016	AV%	2017	AV%	Variação 2017 - 2016	%	2018	AV%	Variação 2018 - 2017	%
ATIVO										
CIRCULANTE										
Caixa e equivalentes de caixa	1.658	0,53	1.667	0,52	9	0,5	2.020	0,59	353	21,2
Aplicações Financeiras	5.354	1,70	3.180	0,99	-	0,0	5.156	1,51	1.976	0,0
Contas a receber de clientes	90.867	28,88	109.981	34,08	19.114	21,0	102.048	29,85	(7.933)	(7,2)
Estoques	64.010	20,35	56.909	17,63	(7.101)	(11,1)	78.694	23,02	21.785	38,3
Tributos a recuperar	10.471	3,33	5.101	1,58	(5.370)	(51,3)	5.421	1,59	320	6,3
Instrumentos financeiros derivativos	-	0,00	-	0,00	-	0,0	-	0,00	-	0,0
Outros contas a receber	4.015	1,28	6.792	2,10	2.777	69,2	5.472	1,60	(1.320)	(19,4)
Ativos mantidos para venda	-	0,00	-	0,00	-	0,0	-	0,00	-	0,0
Total do Circulante	176.375	56,06	183.630	56,90	7.255	4,1	198.811	58,15	15.181	8,3
NÃO CIRCULANTE										
Tributos a recuperar	460	0,15	451	0,14	(9)	(2,0)	749	0,22	298	66,1
Depósitos judiciais	518	0,16	594	0,18	76	14,7	1.709	0,50	1.115	187,7
Outras contas a receber	3.700	1,18	5.068	1,57	1.368	37,0	2.085	0,61	(2.983)	(58,9)
Investimentos em controladas	-	0,00	-	0,00	-	0,0	-	0,00	-	0,0
Imobilizado	119.749	38,06	119.749	37,11	-	0,0	125.748	36,78	5.999	5,0
Ativos biológicos	460	0,15	164	0,05	(296)	(64,3)	164	0,05	-	0,0
Intangível	13.340	4,24	13.066	4,05	(274)	(2,1)	12.618	3,69	(448)	(3,4)
Total do Não Circulante	138.227	43,94	139.092	43,10	865	0,6	143.073	41,85	3.981	2,9
TOTAL DO ATIVO	314.602	100,00	322.722	100,00	8.120	2,6	341.884	100,00	19.162	5,9
PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO										
CIRCULANTE										
Empréstimos e financiamentos	338.614	107,63	396.088	122,73	57.474	17,0	486.901	142,42	90.813	22,9
Fornecedores	18.180	5,78	24.842	7,70	6.662	36,6	28.425	8,31	3.583	14,4
Obrigações sociais e trabalhistas	22.512	7,16	20.396	6,32	(2.116)	(9,4)	21.679	6,34	1.283	6,3
Impostos e contribuições a recolher	60.699	19,29	10.531	3,26	(50.168)	(82,7)	4.733	1,38	(5.798)	(55,1)
Dividendos a pagar	0	0,00	0	0,00	-	0,0	0	0,00	-	0,0
Outras contas a pagar	32.681	10,39	32.683	10,13	2	0,0	25.787	7,54	(6.896)	(21,1)
Total do Circulante	472.686	150,25	484.540	150,14	11.854	2,5	567.525	166,00	82.985	17,1
NÃO CIRCULANTE										
Empréstimos e financiamentos	6.862	2,18	4.240	1,31	(2.622)	(38,2)	1.983	0,58	(2.257)	(53,2)
Fornecedores	0	0,00	0	0,00	-	0,0	0	0,00	-	0,0
Provisão para contingências	19.641	6,24	17.742	5,50	(1.899)	(9,7)	18.157	5,31	415	2,3
Tributos diferidos	22.797	7,25	20.634	6,39	(2.163)	(9,5)	12.245	3,58	(8.389)	(40,7)
Outras contas a pagar	1.931	0,61	3.754	1,16	1.823	94,4	2.141	0,63	(1.613)	(43,0)
Total do Não Circulante	51.231	16,28	46.370	14,37	(4.861)	(9,5)	34.526	10,10	(11.844)	(25,5)
Patrimônio líquido										
Capital social	100.024	31,79	100.024	30,99	-	0,0	100.024	29,26	-	0,0
Ajustes de avaliação patrimonial	23.759	7,55	23.759	7,36	-	0,0	23.770	6,95	11	0,0
Reservas de Capital	6.182	1,97	7.832	2,43	1.650	0,0	8.526	2,49	694	0,0
Prejuízos acumulados	(339.280)	(107,84)	(339.803)	(105,29)	(523)	0,2	(392.487)	(114,80)	(52.684)	15,5
Total Patrimônio Líquido	(209.315)	(66,53)	(208.188)	(64,51)	1.127	(0,5)	(260.167)	(76,10)	(51.979)	25,0
TOTAL DO PASSIVO	314.602	100,00	322.722	100,00	8.120	2,6	341.884	100,00	19.162	5,9

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**a) Resultados das operações do emissor, em especial:****i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

A receita da Companhia advém das vendas dos produtos de cama, mesa, banho e decoração.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Não se aplica.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

A receita líquida total em 2018 apresentou um aumento de R\$ 6.863 mil, representando um acréscimo de 2,2%. Em 2018 priorizamos a rentabilidade dos nossos negócios, com repasses de preços e foco em negócios de maior margem. Tivemos a abertura de duas novas lojas no Segmento Varejo, em Florianópolis/SC e uma segunda loja em Curitiba/PR.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante:

O impacto da inflação aconteceu na maioria dos itens de custo de produção. As matérias primas importadas ou do mercado nacional tiveram aumento ao longo do ano, mas a empresa buscou reduzir o impacto com forte negociação de preços, minimizando com isso o impacto no balanço, principalmente no que se refere ao Algodão que sofreu um reajuste importante a nível mundial.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

a) Introdução ou alienação de segmento operacional:

Não se aplica.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária:

Não se aplica.

c) Eventos ou operações não usuais:

Não se aplica.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**a) Mudanças significativas nas práticas contábeis**

Não há normas IFRS's ou interpretações IFRIC que tenham entrado em vigor e que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não há normas IFRS's ou interpretações IFRIC que tenham entrado em vigor e que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os pareceres dos auditores independentes não possuíam ressalvas nos períodos 2016, 2017 e 2018.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão contemplados abaixo:

- **Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

A companhia avaliou a necessidade de provisão para perdas com créditos através de análise individual dos clientes vencidos há mais de trinta dias, conjugado com o índice de perdas sobre as contas a receber e concluiu sobre a necessidade de provisão nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, respectivamente.

- **Provisão para perdas em estoque**

A provisão para perdas em estoques considerou estoques de produtos de coleções sem movimentação acima de 180 dias em que há baixa expectativa de realização e/ou realização com margem negativa, e matéria-prima sem movimentação a mais de 90 dias, onde leva-se em consideração o histórico de perda.

- **Recuperabilidade (Impairment) do ativo imobilizado e do ativo intangível**

A companhia analisou a recuperabilidade do seu ativo imobilizado e do ativo intangível, marcas e patentes, através do método do valor em uso e as seguintes premissas foram utilizadas para a elaboração do estudo: foram definidas premissas macroeconômicas de vendas, produção, custo da empresa ou unidade de negócio que foi avaliada. A metodologia e os cálculos foram suportados por autores renomados mundialmente como Aswath Damodaram e Roger G. Ibbotson, dentre outros. As projeções de vendas, custos e despesas foram mensuradas de acordo com a vida útil residual estimada dos ativos da Companhia, sendo definido quinze anos.

- **Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas**

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos trabalhistas, cíveis, fiscais e outros em andamento, decorrentes do curso normal de seus negócios. Os processos com risco de perda provável são estimados e provisionados pela administração amparadas pela opinião de seus consultores legais externos.

- **Imposto de renda e contribuição social diferidos**

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A Companhia apresentou prejuízos contábeis fiscais. Devido à falta de um histórico consistente e em face das expectativas atuais da Companhia sobre sua possibilidade de geração futura de lucro tributável, não foram atendidas as condições necessárias, para constituição do imposto de renda diferido ativo sobre os referidos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A legislação fiscal de imposto de renda e contribuição social determina que os prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social não possuem prazo de prescrição e são compensáveis, em qualquer ano, no limite de 30% do lucro tributável do exercício antes dos impostos, determinado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, ajustado conforme a legislação fiscal.

- **Instrumentos financeiros**

A Companhia e suas controladas possuem e seguem políticas de gerenciamento de risco que orientam em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade e exposição das contrapartes.

Os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou manter o nível de flexibilidade financeira.

- **Incentivos Fiscais**

A Companhia goza de incentivos fiscais de ICMS auferidos nas compras e comercialização de produtos. Esses incentivos consistem em diferimento do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS) nas aquisições de produtos dentro do Estado e redução do valor a pagar sobre apuração fiscal.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

Não se aplica.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Não se aplica.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.